

2018

Avaliação Ambiental Estratégica

Definição de âmbito e fatores
críticos de decisão

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO
E REGENERAÇÃO URBANA



BRAGA
Município

www.cm-braga.pt

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 1.1 METODOLOGIA | 7 |
| 2. DEFINIÇÃO DO ÂMBITO..... | 7 |
| 3. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO..... | 8 |
| 3.1 FATORES AMBIENTAIS..... | 13 |
| 3.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS | 13 |
| 3.3 FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO | 15 |
| 3.4 TEMA-CHAVE E INDICADORES DE AVALIAÇÃO | 18 |
| 4. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS FCD..... | 20 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 21 |
| 6. BIBLIOGRAFIA | 22 |

**Vereação do Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades,
Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade**

Prof. Dr. Miguel Melo Bandeira

Direção Municipal do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento

António Zamith Rosas (Jurista)

Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial

Miguel Mesquita (Engenheiro Civil)

Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana

Filomena Farinhas (Arquiteta – chefe de divisão)

Ana Fernandes (Gestão do Património)

Ana Paula Araújo (Geógrafa)

Filipe Vilas Boas (Arquiteto)

Inês Calor (Arquiteta)

João Paulo Cunha (Geógrafo)

José Cardoso (Arquiteto)

Martinha Rocha (Engenheira do Ambiente)

Nuno Jacob (Geógrafo)

Paulo Monteiro (Sistemas de Informação para a Gestão)

Teresa Cardoso (Arquiteta)

Fátima Maia (Assistente técnica)

GLOSSÁRIO

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

CEP – Convenção Europeia da Paisagem

CMB – Câmara Municipal de Braga

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DPRRU – Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana

DQA – Diretiva Quadro da Água

EMAAC – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

FA – Fatores Ambientais

FCD – Fator Crítico para a Decisão

INE – Instituto Nacional de Estatística

PDM – Plano Diretor Municipal

PERSU – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos

PGRH – Plano de Gestão da Região Hidrográfica

PNA – Plano Nacional da Água

PNAC – Plano Nacional para as Alterações Climáticas

PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética

PNAP – Política Nacional de Arquitetura e Paisagem

PNPOT – Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

QRE – Quadro de Referência Estratégico

REOT – Relatório de Estado do Ordenamento do Território

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

UM – Universidade do Minho

1. INTRODUÇÃO

O processo de alteração por adaptação do PDM em vigor à nova legislação de gestão territorial pressupõe o acompanhamento da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da proposta de plano, de acordo com o Decreto-lei nº 232/2017, com as devidas adaptações.

O Município de Braga vê nesta obrigatoriedade legal uma oportunidade de aperfeiçoar a sua estratégia de ordenamento do território, focando o planeamento na valorização da paisagem de acordo com as orientações da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem.

Assim, num contexto de alteração por adaptação do PDM em vigor, o presente relatório constitui a primeira fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégica e consiste no Relatório de Definição do Âmbito e Fatores Críticos para a Decisão.

A AAE tem como principal objetivo facilitar a integração ambiental e avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de desenvolvimento sustentável (Partidário, 2007).

“A avaliação ambiental dos PMOT deve ser entendida como um procedimento de acompanhamento contínuo e sistemático de avaliação, integrado no procedimento de elaboração dos planos, que visa garantir que os efeitos ambientais das soluções adotadas são tomados em consideração durante a sua preparação e elaboração e em momento prévio à respetiva aprovação. Não pretende ser nem deve ser entendido e praticado como um procedimento adicional mas sim como o reportar claro, ao longo do desenvolvimento do plano, dos efeitos gerados pelas opções de planeamento que são tomadas.” (pág. 18 – guia da avaliação ambiental dos planos municipais de ordenamento do território; Documentos de Orientação DGOTDU 01/2008).

Para que o processo seja o mais transparente e participado quanto possível, as decisões estratégicas vão sendo tomadas ao longo do processo de alteração do PDM, integrando as questões ambientais e ecológicas, assim como os aspetos sociais, culturais e económicos.

Assim, a avaliação do plano deve procurar identificar e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente, decorrentes da sua implementação. Desta forma, esta avaliação deve ponderar várias soluções e alternativas possíveis de modo a ser adaptada a solução mais sustentável. A avaliação deve ainda ser integrada, orientada para a sustentabilidade, focada, verificável, participativa e interativa.

Esta fase do processo de AAE pretende identificar os fatores críticos para a decisão (FCD), bem como a estruturação da metodologia de abordagem na AAE do processo de revisão do PDM.

Os FCD, respetivos critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores permitirão avaliar numa segunda fase a sustentabilidade da proposta de alteração do PDM de Braga.

Uma vez que o procedimento em causa é uma alteração por adaptação aos novos conceitos da versão atual do Regime Jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT) e à nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), a estratégia do modelo de gestão do território concelhio não sofre alterações, mantendo-se a mesma visão e definição dos domínios estratégicos.

Neste sentido, a abordagem que se apresenta neste relatório é de certa forma distinta da abordagem estabelecida no Guia acima referido, uma vez que para além da manutenção dos domínios estratégicos, objetivos estratégicos e específicos, o quadro de referência estratégico sofre apenas as alterações decorrentes da atualização dos planos supramunicipais e a introdução da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.

Considera-se, portanto, justificável uma atualização do quadro de referência estratégico. No entanto, deverão manter-se os indicadores estabelecidos para os FCD, uma vez que se mantêm também as questões estratégicas para a revisão do PDM, o Quadro de referência estratégico e os Fatores Ambientais, previstos na legislação.

1.1 METODOLOGIA

O processo de AAE divide-se em três fases principais:

- A primeira fase contém a análise ao Quadro de Referência Estratégico (QRE), às Questões Estratégicas e aos FA que culmina na identificação dos FCD;
- A segunda fase corresponde à análise dos objetivos estratégicos do QRE e aos objetivos do PDM de modo a traçar diretrizes de planeamento e ordenamento do território. Estas diretrizes são posteriormente ponderadas e avaliadas através da análise dos indicadores estabelecidos para cada FCD;
- Monitorização e seguimento da execução do Plano.

A metodologia a desenvolver neste relatório não seguirá totalmente os pressupostos definidos nos documentos orientadores para primeira fase de AAE.

Uma vez que não há alterações às questões estratégicas nem aos fatores ambientais e que as alterações pontuais ao quadro de referência estratégico não comportam alterações na identificação dos fatores críticos, considera-se que os indicadores previamente estabelecidos para os FCD permitem uma avaliação efetiva da execução do PDM.

As alterações ao QRE correspondem essencialmente à atualização dos documentos estratégicos supramunicipais para a sua versão mais atual e à inclusão da Estratégia Municipal de adaptação as alterações climáticas.

Apesar de se considerarem já definidos os indicadores para a avaliação da proposta de plano e posterior seguimento, a adaptação do QRE e a análise dos objetivos presentes nos documentos estratégicos supramunicipais deve contribuir de forma útil para as opções do plano e para a ponderação dos cenários alternativos.

2. DEFINIÇÃO DO ÂMBITO

O âmbito deste relatório é o processo de alteração por adaptação do PDM à legislação em vigor.

No entanto, o Município de Braga pretende utilizar esta necessidade legal para iniciar o estudo da paisagem como um possível modelo de desenvolvimento estratégico, baseando-se nos objetivos da política nacional de paisagem, que se realizará paralelamente ao processo de adaptação.

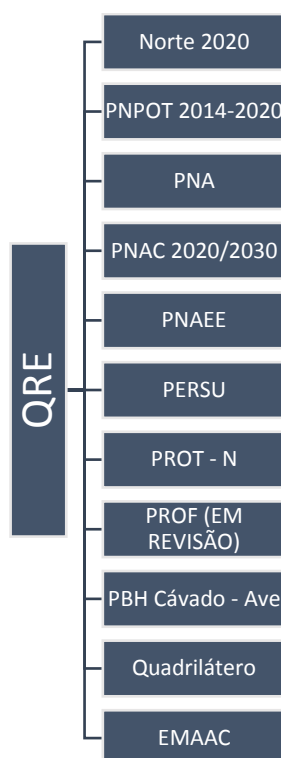
Neste sentido, o processo de alteração do PDM terá como referência as metodologias previstas no Guia da DGOTDU “A paisagem na revisão dos PDM – Orientações para implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal, 2011”.

3. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O quadro de referência estratégico permite estabelecer as orientações nacionais para o desenvolvimento sustentável do território. O QRE constitui-se relativamente a outros Planos e possui a informação de base para a avaliação do modelo de ocupação e uso do território.

O quadro que se apresenta neste relatório é apenas uma síntese dos Planos e Programas supramunicipais a considerar, estando disponível para consulta o relatório da definição do âmbito da revisão do PDM 2015, que contém uma descrição mais pormenorizada [aqui](http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/avaliacao-ambiental-estrategica?download=21:definicao-do-ambito):

<http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/avaliacao-ambiental-estrategica?download=21:definicao-do-ambito>.



- **Norte 2020** – “É um dos cinco programas operacionais regionais que fazem parte do Portugal 2020, o acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. “

- **PNPOT** – Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território – *“novo programa de ação 2014 – 2020 que pretende definir e programar a estratégia de desenvolvimento territorial para a aplicação dos fundos comunitários e nacionais “constituindo o suporte estratégico e institucional para a implementação das novas Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial previstas no Portugal 2020.”*
 - **Objetivos:**
 - *Programa de ação mais operativo;*
 - *Identificação do modelo de governança;*
 - *Cooperação institucional.*

- **PNA** - Plano Nacional da Água – *“O Plano Nacional da Água (PNA) define a estratégia nacional para a gestão integrada da água. Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política, a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas.*
 - **Objetivos:**
 - *Proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;*
 - *Promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;*
 - *Aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.*

- **PNAC 2020-2030** – Plano Nacional para as Alterações Climáticas - *“Visa garantir o cumprimento das metas nacionais em matéria de alterações climáticas. É sustentado num processo de implementação dinâmico conferindo aos setores a oportunidade de identificação das políticas e medidas que contribuem para o estabelecimento de metas de redução de emissões, suportado no Sistema de Políticas e Medidas (SPeM)”.*
 - **Objetivos:**

- *Promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego;*
 - *Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de GEE de forma a alcançar uma meta de – 18% a 23% em 2020 e de – 30 % a 40% em 2030, em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus e com o Acordo de Paris.*
- **PNAEE 2016-2020** – *O Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) articula-se com o PNAC, num contexto de eficiência energética para o País, numa tentativa de reduzir os gastos de energia e as emissões de CO2 para a atmosfera. Este Plano “engloba um conjunto alargado de programas e medidas consideradas fundamentais para que Portugal possa alcançar e suplantar os objetivos fixados no âmbito da Diretiva n.º 2012/27/EU.*
 - **Objetivos:**
 - *A definição de uma nova Estratégia para a Eficiência;*
 - *O incremento na eficiência energética promove a proteção ambiental e a segurança energética com uma relação custo-benefício favorável.*
 - **PERSU 2014-2020** – *O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) é um instrumento de planeamento de referência da política de gestão de resíduos urbanos em Portugal Continental. O PERSU 2020 estabelece a visão e a estratégia que suporta a execução dos objetivos, das metas globais e das metas específicas, por sistema de gestão de resíduos urbanos para o período 2014 a 2020. Este plano contribui para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias em matéria de gestão de resíduos urbanos e integra o programa de prevenção de resíduos urbanos.*
 - **Objetivos:**
 - *A prevenção da produção e perigosidade dos Resíduos Urbanos (RU);*
 - *O aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis;*
 - *A valorização económica e escoamento dos recicláveis e subprodutos do tratamento dos RU;*

- *O reforço dos instrumentos económico-financeiros; o incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor;*
 - *O reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor;*
 - *O aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais.*
- **PROT – N** - Plano Regional de Ordenamento do Território – *“Instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, que desenvolve os princípios, objetivos e orientações consagrados no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.*
 - **Objetivos:**
 - *A valorização da posição geoestratégica da região;*
 - *A afirmação da região como plataforma de Internacionalização da economia nacional. Consolidar o sistema de proteção e valorização ambiental;*
 - *Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo. Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I & D e de centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de atividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico.*
 - *Organizar o sistema de acessibilidades;*
 - *Reordenar e qualificar os espaços de localização empresarial numa lógica de disponibilização de espaços de qualidade e de concentração de recursos qualificados;*
 - *Organizar uma rede de polos de excelência em espaço rural;*
 - *Valorização das especialidades territoriais dos espaços sub-regionais e criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais;*
 - *Contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa;*
 - *Adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes.*
 - **PROF BAIXO MINHO** – Plano Regional de Ordenamento Florestal – (atualmente em processo de revisão) – *“Instrumento de concretização da política florestal que*

responde às orientações fornecidas por outros níveis de planeamento e decisão política, nomeadamente os da Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto), da Estratégia Nacional para as Florestas e da Estratégia Europeia para as Florestas, e o PROT”.

○ **Objetivos:**

- *Diminuir o número de ignições de incêndios florestais;*
- *Diminuir a área queimada;*
- *Reabilitação de ecossistemas;*
- *Beneficiação de espaços florestais;*
- *Consolidação da atividade florestal;*
- *Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais;*
- *Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e cumprimento do plano.*

- **PGRH Cávado, Ave e Leça** - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (RH2) (PGRH), “é um instrumento que visa, de forma concreta, identificar os problemas mais relevantes das bacias hidrográficas, bem como definir as linhas estratégicas da gestão dos recursos hídricos e a implementação de um programa de medidas que garanta a prossecução dos objetivos ambientais na Diretiva Quadro da Água (DQA)”.

○ **Objetivos:**

- *Definição de um conjunto de medidas de base que “pretendem corresponder aos requisitos mínimos para cumprir os objetivos ambientais que se encontram ao abrigo da legislação em vigor”.*

- **EMAAC** – “Estratégia municipal de adaptação as alterações climáticas que promove, em todo o território municipal, uma resposta coerente às múltiplas problemáticas relacionadas com as alterações climáticas. Esta EMAAC foca-se na identificação de opções e ações de adaptação planeada que visem promover a minimização dos efeitos das alterações climáticas. A partir da identificação e priorização das atuais vulnerabilidades e riscos climáticos e da sua projeção até ao final do século, o município de Braga procura promover um conjunto integrado de opções de adaptação para responder não apenas ao clima futuro, mas igualmente aos diferentes impactos climáticos já observados.”.

- **Objetivos:**
 - *“Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;*
 - *Delinear e implementar adaptações às alterações climáticas, visando a redução da vulnerabilidade;*
 - *Sensibilizar para a necessidade de mudança de comportamentos e aplicação das medidas de adaptação.”.*

3.1 FATORES AMBIENTAIS

Os Fatores Ambientais (FA) considerados estão de acordo com o disposto na alínea e) do nº1 do art.º 6º do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho, que refere que no procedimento de AAE têm que ser identificados os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação do Plano. Devem ser devidamente analisados, os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, permanentes, temporários, positivos e negativos considerando as seguintes temáticas:

- Biodiversidade
- População
- Saúde humana
- Fauna
- Flora
- Solo
- Água
- Atmosfera
- Fatores climáticos
- Bens materiais
- Património cultural
- Paisagem

3.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS

O PDM 2015 assenta o desenvolvimento do Concelho em 4 domínios estratégicos:

- ✓ “Braga, um município onde queremos viver”
- ✓ “Braga, um concelho que queremos visitar”

- ✓ **“Braga, um terreno para investir”**
- ✓ **“Braga, rumo à centralidade ibérica”**

Os domínios estratégicos são compostos por objetivos específicos que concretizam os desígnios do Município:

- ✓ **“Braga, um município onde queremos viver”**
 - Promover a Imagem da Cidade
 - Reordenar o território (sem acréscimo da área total de solo urbano)
 - Garantir a adequada programação da Ocupação Urbana
 - Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal
 - Conter a Dispersão
 - Reforçar a Identidade dos Núcleos Urbanos Periféricos
 - Proteger e valorizar o Sistema de Vistas
 - Promover uma mobilidade sustentável
 - Consolidar a Rede de Equipamentos
- ✓ **“Braga, um concelho que queremos visitar”**
 - Fomentar o Investimento Turístico nas diversas vertentes
 - Renovar metas de crescimento Turístico visando o Turismo Global
 - Fomentar o turismo como fator de desenvolvimento económico
 - Incorporar estratégias de preservação e valorização do património
 - Valorizar as Unidades de Paisagem
 - Implementar um Plano de Imagem e Comunicação Concelhio
 - Definir um modelo de cooperação em rede com os destinos mais próximos
 - Otimizar a mobilidade turística
- ✓ **Braga, Um Território Para Investir**
 - Potenciar a atração de Empresas no Concelho
 - Dotar o Concelho de uma nova área de localização empresarial
 - Modernizar as Áreas Industriais Existentes
 - Estimular a Relocalização de Empresas no Espaço Industrial

- Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B., Associações Empresariais, Escolas de Formação Profissional, Instituto Ibérico de Nanotecnologia, Empresas T.I.C., etc.
 - Aproximar o tecido empresarial do Aeroporto Sá Carneiro e Porto de Leixões
- ✓ **Braga, Rumo à Centralidade Ibérica**
- Reforçar o papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Pólis XXI)
 - Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supramunicipal
 - Reforçar o papel da Cidade nos Domínios das T.I.C., Educação e Formação Profissional
 - Reforçar as Vertentes histórica, cultural e turística

3.3 FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os FCD constituem as áreas temáticas a ter em conta no processo de elaboração da proposta de plano, para as quais se estabelecem os temas- chave e os indicadores que permitem avaliar as opções do plano durante a fase de proposta e, posteriormente, na fase de execução do plano.

A deliberação de elaboração/revisão de planos diretores municipais deve ser acompanhada de Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), nos termos do nº 3 do artigo 189º do decreto-lei nº 80/2015 de 14 de Maio - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Aquando do procedimento de elaboração do REOT foi necessário avaliar a execução do PDM 2015, tendo por referência os indicadores definidos no processo de AAE da revisão do PDM.

Neste procedimento constatou-se que a bateria de indicadores estabelecidos em 2015 era demasiado ambiciosa, não sendo possível a quantificação da sua grande maioria.

De modo a simplificar e a tornar a avaliação o mais profícua possível, organizaram-se os indicadores em 5 FCD – Governança; Ordenamento do Território; Desenvolvimento Socioeconómico; Património, Recursos Naturais e Ambiente; Mobilidade e Acessibilidade - reduzindo-se para um conjunto mensurável de 36 indicadores.

Neste procedimento foram eliminados alguns indicadores e inseridos novos. Dos novos indicadores e temas-chave selecionados destaca-se a qualidade ambiental – qualidade da água dos rios Cávado e Este.

Relativamente ao tema-chave qualidade ambiental, o município tem vindo a elaborar desde 2015 o Programa de Melhoria da Qualidade da Água no rio Cávado.

Este programa decorre de uma obrigação legal e contempla a elaboração de análises e a definição de medidas de minimização dos focos de poluição para garantir as condições mínimas obrigatórias à prática balnear nas praias fluviais existentes ao longo do rio Cávado.

As análises são efetuadas pelo Município de Braga e também pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Os FCD a considerar para o presente procedimento de AAE são os seguintes:

FCD 1 - Governança – Definiu-se este FCD para evidenciar o contributo do PDMB na conquista de uma melhor governança de acordo com os cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia: abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência.

Esta temática foi também considerada como fator crítico pela influência que uma boa Governança pode desempenhar na concretização dos objetivos do Quadrilátero, no reforço de cooperação entre a Câmara Municipal, Empresas e Universidade do Minho, etc.

A governança, ao nível dos municípios, deverá garantir os direitos dos cidadãos e a clareza e coerência durante os processos e na tomada de decisões.

FCD 2 - Ordenamento do Território – Considera-se o ordenamento do território um FCD para garantir que o PDMB seja um instrumento de gestão da interação homem/ território, de planeamento das ocupações, valorização das infraestruturas existentes e preservação do solo como recurso limitado, tendo como referência a política nacional da paisagem.

FCD 3 - Desenvolvimento Sócio – Económico – Pela importância e visão prospetiva da evolução dos usos e das necessidades da população, de forma a fomentar o emprego e contribuir para um aumento do PIB a nível concelhio.

FCD 4 - Património, Recursos Naturais e Ambiente – Para que o PDMB seja também um instrumento de proteção, preservação e valorização da paisagem e património cultural ao nível da biodiversidade, da ecologia e do desenvolvimento sustentável e sustentado dos habitats.

FCD 5 - Mobilidade e Acessibilidade - Considerando que o PDM é um instrumento de promoção de políticas de mobilidade urbana sustentável e acessibilidade, é fundamental a promoção da utilização de modos de transporte ativos e transportes coletivos em alternativa à utilização do automóvel, com o objetivo de diminuir a emissão de gases com efeito de estufa.

3.4 TEMA-CHAVE E INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Para a avaliação das opções do plano, definiram-se os temas-chave e os indicadores por FCD a considerar na segunda fase da AAE.

FCD 1 - Governança

| Tema - chave | Indicador |
|---------------------------|--|
| Stakeholders | Nº de reuniões com stakeholders, ONG, privados |
| Participação | Nº de Participações (e-mail, site, etc) |
| Formação e sensibilização | Nº de participação dos técnicos em ações formação e sensibilização |

FCD 2 - Ordenamento do Território

| Tema - chave | Indicador |
|-------------------------------|--|
| Consolidação do espaço urbano | Nº de licenças emitidas para reabilitação |
| | Nº de licenças emitidas para novas construções |
| Valorização do setor primário | Nº de ativos no setor primário |
| | Nº de empresas no setor primário |
| | Ações de reflorestação/rearborização |
| | Nº de explorações pecuária |
| | Nº de Projetos de investimento no setor agrícola |

FCD 3 - Desenvolvimento Sócio – Económico

| Tema - chave | Indicador |
|------------------------|--|
| Empregabilidade | VAB por setor |
| | Taxa de ocupação das zonas industriais |
| | População empregada por setor |
| | Empresas por setor |
| Atratividade turística | Nº de visitantes no Posto de Turismo |
| | Nº de dormidas no Parque de Campismo |

FCD 4 - Património, Recursos Naturais e Ambiente

| Tema - chave | Indicador |
|--|--|
| Centro histórico e património arquitetónico e arqueológico | Nº de intervenções no edificado e espaço público |
| | Nº de intervenções arqueológicas |
| | Nº de ações de sensibilização e divulgação |
| Qualidade ambiental | |
| | Níveis qualidade da água - Rio Este |
| | Níveis qualidade da água - Cávado |
| | Níveis qualidade do ar |
| | Níveis do ruído ambiental |

FCD 5 - Mobilidade e Acessibilidade

| Tema - chave | Indicador |
|--------------------|--|
| Infraestruturas | Densidade da rede rodoviária |
| | Extensão da rede rodoviária |
| | Grau de execução das infraestruturas rodoviárias previstas |
| | Estacionamento pago à superfície |
| | Estacionamento gratuito à superfície |
| | Extensão de vias cicláveis e pedonais |
| | Estacionamento para bicicletas existente |
| Transporte público | Estimativa de população servida |
| | Circuitos de transporte público |
| | Extensão de corredores dedicados para transporte público |
| | Passageiros em transporte público |
| | Interfaces de transporte coletivo |
| | Veículos da TUB |

4. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS FCD

A tabela seguinte sintetiza o processo de avaliação a considerar, estabelecendo o ano de 2017 como o ano zero da AAE, permitindo a avaliação contínua das opções do plano durante a fase de proposta, bem como posteriormente ao longo da sua execução.

| FCD | Tema - chave | Indicador | Unidade | DATA | | Fonte | Periodicidade |
|--|--|--|------------|------------|------|-------------------------|---------------|
| | | | | 2017 | 2020 | | |
| Governança | Stakeholders | Nº de reuniões com stakeholders, ONG, privados | Nº | | | CMB/ Vereação Urbanismo | Anual |
| | Participação | Nº de Participações (e-mail, site, etc)* | Nº | | | CMB/ DPRRU | Anual |
| | Formação e sensibilização | Nº de participação dos técnicos em ações formação e sensibilização | Nº | | | CMB/ DPRRU | Anual |
| Ordenamento do território | Consolidação do espaço urbano | Nº de licenças emitidas para reabilitação | Nº | | | CMB/ DGU | Anual |
| | | Nº de licenças emitidas para novas construções | Nº | | | CMB/ DGU | Anual |
| | Valorização do setor primário | Nº de ativos no setor primário | Nº | | | INE | Anual |
| | | Nº de empresas no setor primário | Nº | | | INE | Anual |
| | | Ações de reflorestação/rearborização | Nº | | | CMB/ICNF | Anual |
| | | Nº de explorações pecuária | Nº | | | CAVAGRI | Anual |
| | | Nº de Projetos de investimento no setor agrícola | Nº | | | DRAPN | Anual |
| Desenvolvimento Socio-Económico | Empregabilidade | VAB por setor | M€ | Primário | | INE/PORDATA | Anual |
| | | | | Secundário | | INE/PORDATA | Anual |
| | | | | Terciário | | INE/PORDATA | Anual |
| | | Taxa de ocupação das zonas industriais | % | | | CMB | Anual |
| | | População empregada por setor | Nº | Primário | | INE | * |
| | | | | Secundário | | INE | * |
| | | | | Terciário | | INE | * |
| | | Empresas por setor | Nº | Primário | | INE | * |
| | | | | Secundário | | INE | * |
| | Atratividade turística | Nº de visitantes no Posto de Turismo | Nº | | | CMB | Anual |
| | | Nº de dormidas no Parque de Campismo | Nº | | | CMB | Anual |
| Património, Recursos Naturais e Ambiente | Centro histórico e património arquitetónico e arqueológico | Nº de intervenções no edificado e espaço público | Nº | | | CMB/ DCH | Anual |
| | | Nº de intervenções arqueológicas | Nº | | | CMB/ DCH - S. ARQO | Anual |
| | | Nº de ações de sensibilização e divulgação | Nº | | | CMB/ DCH - S. ARQO | Anual |
| | Qualidade ambiental | | Parâmetros | | | CMB/Vereação Ambiente | Anual |
| | | Níveis qualidade da água - Rio Este | Parâmetros | | | CMB/Vereação Ambiente | Anual |
| | | Níveis qualidade da água - Cávado | Parâmetros | | | | |
| | | Níveis qualidade do ar | Parâmetros | | | APA | Anual |
| | | Níveis do ruído ambiental | Parâmetros | | | AGERE | Anual |
| Mobilidade, Acessibilidade | Infraestruturas | Densidade da rede rodoviária | % | | | CMB/ DPRRU/DTM | Anual |
| | | Extensão da rede rodoviária | Km | | | CMB/ DPRRU/DTM | Anual |
| | | Grau de execução das infraestruturas rodoviárias previstas | % | | | CMB/ DPRRU/DTM | Anual |
| | | Estacionamento pago à superfície | Nº | | | CMB/ DPRRU/DTM | Anual |
| | | Estacionamento gratuito à superfície * | Nº | | | CMB/ DPRRU/DTM | Anual |
| | | Extensão de vias cicláveis e pedonais | Km | | | CMB/ DPRRU/DTM | Anual |
| | | Estacionamento para bicicletas existente | Nº | | | CMB/ DPRRU/DTM | Anual |
| | Tranporte público | Estimativa de população servida | hab | | | CMB/ DTM | Anual |
| | | Circuitos de transporte publico | Nº | | | CMB/ DTM | Anual |
| | | Extensão de corredores dedicados para transporte público | Km | | | CMB/ DTM | Anual |
| | | Passageiros em transporte público | Nº | | | CMB/ DTM | Anual |
| | | Interfaces de transporte coletivo | Nº | | | CMB/ DTM | Anual |
| | | Veículos da TUB | Nº | | | CMB/ DTM | Anual |

5. CONCLUSÃO

O processo de alteração por adaptação à legislação em vigor em matéria de ordenamento do território pressupõe que o modelo de desenvolvimento territorial não sofra alterações significativas.

No entanto, considera-se que as novas definições de qualificação do solo, bem como as obrigações impostas aos municípios pela nova legislação, terão implicações indiretas no modelo de desenvolvimento territorial estabelecido.

É, por isso, necessário garantir que a proposta de alteração ao PDM não colida com os desígnios do Município, mantendo-se a mesma visão e estratégia para o desenvolvimento Concelhio.

Para este fim, considera-se que os FCD definidos permitirão uma avaliação em contínuo das opções do plano, permitindo os ajustes necessários sempre que possível.

6. BIBLIOGRAFIA

DGOTDU. *Guia da Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território*. Documentos de Orientação 01/2008. Lisboa.

DGOTDU. *A Paisagem na revisão dos PDM – Orientações para a Implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal*. Documentos de Orientação 02/2011. DGOTDU. Lisboa

Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas, PARTIDÁRIO, Maria do Rosário, Agência Portuguesa do Ambiente (2007)

Legislação consultada

Decreto-lei nº 232/2007 de 15 de Junho. *Diário da República nº 114/2007 – I Série*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Decreto-lei nº 58/2011 de 4 de Maio. *Diário da República nº 86/2011 – I Série*. Lisboa: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território

Decreto-lei nº 80/2015 de 14 de Maio. *Diário da República nº 93/2015 – I Série*. Lisboa: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Lei nº 31/2014 de 30 de Maio. *Diário da República nº 104/2014 – I Série*. Lisboa: Assembleia da República

Sites institucionais

CMB – PDM <http://pdmbraga.cm-braga.pt/>

APA - <https://www.apambiente.pt/>

DGOTDU - <http://www.dgterritorio.pt/>

CCDRN - <http://www.ccdr-n.pt/>